

Rádios comunitárias e a democratização da comunicação: Um olhar a partir das Teorias de Nelson Traquina¹

Mateus Paixão CARDOSO²

Daniela Cristiane OTA³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Resumo

As rádios comunitárias são essenciais para a democratização da comunicação, pois oferecem espaço para a pluralidade de vozes e a participação cidadã, especialmente em contextos de exclusão midiática. Com base nas teorias do jornalismo de Nelson Traquina, este trabalho analisa como essas rádios promovem um modelo de comunicação alternativo, em contraste com a lógica comercial da grande mídia. A Teoria da Construção Social da Notícia destaca o caráter participativo dessas emissoras, que refletem os interesses locais, enquanto a Teoria do Agendamento evidencia seu papel na definição de pautas relevantes para as comunidades. Entretanto, essas rádios enfrentam desafios como falta de recursos e pressões políticas, limitando seu alcance e impacto. Para fortalecer esse modelo, são propostas medidas como maior financiamento público, incentivo à participação popular e parcerias com instituições acadêmicas e organizações sociais. Conclui-se que investir nas transmissões comunitárias é essencial para promover uma comunicação mais justa, plural e inclusiva.

Palavra-chave: Teorias do jornalismo; Comunicação comunitária; rádios comunitárias.

INTRODUÇÃO

As rádios comunitárias desempenham um papel crucial na democratização da comunicação, atuando como uma alternativa significativa aos grandes meios de comunicação comerciais. Esses veículos locais, com caráter não lucrativo e gestão participativa, oferecem uma plataforma acessível para a expressão das comunidades, promovendo uma comunicação mais inclusiva e plural (Peruzzo, 1998). Ao analisar as ondas comunitárias à luz das teorias de Nelson Traquina, é possível compreender como elas se inserem no debate sobre o papel da mídia na sociedade e sua capacidade de democratizar o espaço público.

Nelson Traquina, em sua obra Teorias do Jornalismo, destaca a centralidade da comunicação como um direito fundamental e como o jornalismo deve agir como um

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), e-mail: mateus_cardoso@ufms.br.

³ Professora e Pesquisadora vinculada ao curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e-mail: daniela.ota@ufms.br.

veículo de interesse público. Para o autor, o jornalismo não é apenas um reflexo da realidade, mas uma prática social que constrói e organiza a percepção pública dos eventos (Traquina, 2005). Nesse contexto, as rádios comunitárias emergem como uma alternativa vital para a ampliação da diversidade de vozes e para o fortalecimento da cidadania local, em contraste com a uniformização das notícias que caracterizam os grandes meios de comunicação.

A teoria do jornalismo como um campo de tensão, proposta por Traquina, é um ponto chave para entender a dinâmica das rádios comunitárias. Ele argumenta que o jornalismo opera dentro de um espaço de constante disputa entre os interesses comerciais e os princípios de interesse público e serviço social. Os meios de comunicação locais, ao priorizarem a agenda local e as necessidades da comunidade em vez de interesses econômicos, agem como um contrapeso necessário a esse jornalismo comercial, proporcionando um ambiente mais democrático e acessível à informação. Isso se reflete, por exemplo, na maneira como essas rádios abordam questões locais, como saúde, educação, cultura e direitos humanos, temas muitas vezes negligenciados pela mídia tradicional (Costa Filho, 2021).

Uma das contribuições mais significativas das rádios comunitárias para a democratização da comunicação é a possibilidade de participação ativa da comunidade na produção de conteúdo. Ao adotar um modelo mais horizontal e colaborativo, essas rádios possibilitam que pessoas de diferentes contextos sociais, culturais e econômicos sejam ouvidas (Cogo, 1998). As teorias de Traquina, como a teoria da construção social da notícia, mostram que o jornalismo deve ser visto como um processo coletivo, em que as fontes, contextos e valores locais desempenham um papel fundamental na produção da notícia. Nesse sentido, as emissoras abertas ao público não apenas refletem a realidade local, mas também a constroem de maneira participativa, fortalecendo a identidade comunitária e promovendo um espaço para a discussão pública e a resolução de problemas locais.

Além disso, as ondas comunitárias desempenham um papel vital na promoção da pluralidade de vozes e na quebra do monopólio midiático, permitindo que grupos marginalizados ou minoritários, como mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades rurais, possam se expressar e ter suas demandas reconhecidas (Peruzzo, 2010). Ao dar espaço para essas vozes, as “rádios comunitárias tornam-se instrumentos de resistência e

empoderamento, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (Peruzzo, 1998, p.171).

No entanto, a atuação das rádios comunitárias no campo da democratização da comunicação também enfrenta desafios significativos. As limitações financeiras, a escassez de recursos tecnológicos e o controle político sobre os meios de comunicação ainda são obstáculos que dificultam sua plena operação. Mesmo assim, as radiofusões comunitárias têm se mostrado resilientes, buscando estratégias criativas para manter sua autonomia e continuar sua missão de informar e engajar a comunidade.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é investigar o papel das radiodifusões comunitárias na promoção da democratização da comunicação, tendo como base as teorias do jornalismo de Nelson Traquina. Em um cenário em que a mídia tradicional e comercial concentra o poder da informação em poucas mãos, as rádios comunitárias surgem como uma alternativa significativa, ao proporcionar um espaço para a expressão de diversas vozes, especialmente as de grupos marginalizados e comunidades locais. Tendo como objetivos específicos: compreender como essas rádios priorizam a produção de conteúdo local e a participação da comunidade e a contribuição de um modelo de comunicação mais inclusivo e plural, que vai além dos interesses comerciais.

Ao investigar como as radiodifusora comunitária contribuem para a democratização da comunicação, com base nas teorias de Nelson Traquina, é possível perceber que essas rádios não apenas informam, mas também atuam como agentes de transformação social (Cogo, 1998). Elas proporcionam um espaço de liberdade para a expressão de diferentes perspectivas, promovendo a inclusão e a diversidade em um cenário midiático dominado pela padronização das informações. Ao dar voz à comunidade, as rádios comunitárias “desempenham um papel fundamental na construção de uma comunicação mais democrática, acessível e plural” (Peruzzo, 1998, p.141), reforçando a ideia de que a mídia deve ser um direito de todos, e não um privilégio de poucos.

JUSTIFICATIVA

Para investigar as rádios comunitárias e sua relevância na ampliação da pluralidade de vozes reside na crescente concentração da mídia em mãos de grandes

corporações, que, muitas vezes, ignoram as especificidades locais e as demandas das comunidades marginalizadas. No Brasil e em diversos países, a mídia tradicional, predominantemente comercial, tende a centralizar o poder informativo, priorizando temas e interesses que atendem a grupos econômicos e políticos poderosos, em detrimento de questões locais e de interesse das camadas mais vulneráveis da população. Nesse contexto, as ondas comunitárias surgem como instrumentos essenciais para democratizar a comunicação, oferecendo uma plataforma onde as diversas vozes da sociedade podem ser ouvidas e seus direitos, defendidos.

As emissoras comunitárias não apenas constituem veículos de democratização comunicacional, mas também espaços simbólicos de pertencimento e de construção territorial. Neste sentido, o pensamento de Milton Santos (1996, p. 173) destaca que a “informação é o elemento mais desigual na sociedade contemporânea”. Ao abordar a distribuição desigual da informação, o autor revela que não é apenas a infraestrutura tecnológica que determina o acesso, mas sobretudo o controle político e econômico sobre os fluxos comunicacionais. Assim, as rádios comunitárias, ao operar em contrafluxo, ressignifica o acesso à informação e propõem um uso mais equitativo do território, tornando-se um ponto de resistência ao "meio técnico-científico-informacional”.

As rádios comunitárias, por sua própria natureza, têm como um de seus principais objetivos promover a inclusão social e garantir que grupos historicamente marginalizados, como populações periféricas, indígenas, quilombolas, mulheres e jovens, possam ter um espaço para expressar suas realidades, suas lutas e suas culturas (Peruzzo, 1998). Ao contrário da mídia comercial, que muitas vezes reproduz uma visão homogênea e elitista da realidade, as radiofusão comunitárias são capazes de representar uma diversidade de perspectivas, abordando temas que realmente importam para as comunidades em que estão inseridas. Isso contribui para a criação de um ambiente comunicacional mais democrático, no qual a pluralidade de vozes não é apenas tolerada, mas incentivada.

Além disso, as rádios comunitárias desempenham um papel importante no fortalecimento da identidade local. Elas atuam como agentes de transformação e mobilização, fazendo com que a comunidade se sinta mais conectada à própria realidade e mais capaz de influenciar as mudanças que deseja ver em seu entorno (Cogo, 1998). Ao focarem em questões locais, como educação, saúde, cultura e direitos humanos, essas rádios podem gerar um impacto profundo, promovendo a conscientização, a participação

cívica e o empoderamento de cidadãos que, muitas vezes, se sentem excluídos dos processos decisórios mais amplos (Costa Filho, 2021). Por isso, a sua contribuição para a democratização da comunicação vai além da simples transmissão de informação; ela é uma verdadeira ferramenta de transformação social.

Ainda segundo Santos (1996, p. 192), a existência das rádios comunitárias em um espaço fixo — geralmente em bairros periféricos ou áreas marginalizadas — só ganha sentido à medida que essas emissoras estabelecem fluxos comunicacionais que ativam a memória coletiva, articulam ações locais e criam uma rede de solidariedade entre os sujeitos. A rádio, nesse contexto, deixa de ser apenas um aparelho e se torna uma instância viva de troca simbólica, reforçando os vínculos entre espaço e identidade.

METODOLOGIA

Uma pesquisa qualitativa com enfoque analítico e exploratório é especialmente relevante para investigar o papel das rádios comunitárias na democratização da comunicação, utilizando as teorias do jornalismo, discutido por Nelson Traquina como base teórica. Essa abordagem permite compreender profundamente os fenômenos sociais e culturais associados às práticas das radiocomunicações, explorando como elas se inserem em um contexto de transformação comunicacional e representatividade social.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por sua ênfase na análise interpretativa e documental e na compreensão das complexidades envolvidas em um dado fenômeno. Segundo Lakatos (2003), esse tipo de pesquisa busca interpretar significados, valores e práticas sociais a partir de interações entre os participantes e os objetos de estudo. No caso das rádios comunitárias, a abordagem qualitativa possibilita a análise detalhada de como essas mídias operam, quais são as suas dinâmicas de produção de conteúdo e como elas se relacionam com as comunidades que representam. A abordagem permite identificar padrões, relações e significados nas práticas das emissoras comunitárias, enquanto o enfoque exploratório abre espaço para descobrir novas perspectivas e dimensões do fenômeno estudado.

Além da abordagem cartográfica da comunicação comunitária, articulando elementos da cartografia social e comunicacional (Deleuze e Guattari, 2010). Este método tem como objetivo mapear experiências vivas, processos participativos e vínculos territoriais presentes nas rádios comunitárias, sobretudo na sua relação com o espaço urbano e os sujeitos locais.

Inspirada nos princípios da cartografia de Deleuze e Guattari (2010), e nos usos da cartografia comunicacional descritos por autores como Peruzzo (2008) e Cogo (2012), a metodologia propõe acompanhar os percursos e práticas comunicacionais em seus próprios territórios. Isso inclui visitas às rádios, observação da produção e circulação dos conteúdos, escuta das narrativas locais e análise do conteúdo programático das emissoras. Para assim, entender o método que enraízam no cotidiano dos sujeitos e como esses fluxos são modulados por relações de pertencimento, exclusão e resistência, em consonância com as abordagens das Teóricas de Nelson Traquina.

O LUGAR DO FLUXO INFORMATIVO, DO ESPAÇO E DO LUGAR DE PERTENCIMENTO

Quando trata do espaço ou do lugar de pertencimento, Santos (1996, p. 203) afirma que “é no espaço vivido que a cidadania se realiza ou se nega”. As rádios comunitárias, ao inserirem vozes historicamente silenciadas, realizam um processo de reterritorialização da cidadania. O espaço de fala torna-se, ao mesmo tempo, espaço de luta e de reconhecimento.

Santos (1996), aponta que “a informação é o elemento mais desigual da sociedade contemporânea”. Essa desigualdade se expressa, segundo ele, não apenas pelo acesso desigual aos meios técnicos, mas principalmente pelas relações de poder que regulam os fluxos informacionais. Nesse sentido, o rádio comunitário age como uma força contra-hegemônica, desafiando a lógica de concentração dos fluxos e oferecendo acesso à informação enraizada no território vivido.

A esse debate, somam-se as contribuições de Daniela Ota (2020), que discute a convergência midiática do rádio sob o ponto de vista das geografias da comunicação. Para a autora, “os fluxos radiofônicos locais, embora conectados à lógica digital, ainda preservam o sentido de lugar e de pertencimento nas comunidades, pois estão ancorados na escuta e na voz do cotidiano”. Ota (2017), também destaca que o rádio, mesmo em suas versões AM, mantém sua potência como articulador das pautas locais e promotor da cultura regional. Em estudo, a autora evidencia como a programação voltada ao cotidiano das comunidades reforça a função do rádio como mediador territorial de memórias, afetos e cidadania.

Assim, ao refletir sobre espaço, lugar, fluxos e pertencimento, é possível compreender as rádios comunitárias como plataformas de comunicação territorializadas,

que rompem com a lógica concentradora dos meios hegemônicos e constroem novos mapas afetivos, políticos e informacionais.

Nelson Traquina, um dos principais estudiosos do jornalismo, é amplamente reconhecido por suas contribuições teóricas sobre o papel da mídia na sociedade. Suas obras se destacam pela análise crítica do jornalismo como uma prática social e cultural que vai além da simples transmissão de informações, sendo um processo dinâmico de construção da realidade. No contexto das rádios comunitárias e sua contribuição para a democratização da comunicação, as teorias de Traquina oferecem um referencial teórico robusto para compreender como essas rádios funcionam como agentes de transformação e representação local (Traquina, 2005).

AS TEORIAS SEGUNDO NELSON TRAQUINA APLICADAS NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Nelson Traquina, em suas obras, discute a função social do jornalismo e a sua capacidade de influenciar a sociedade. Para ele, o jornalismo deve ser mais do que um simples transmissor de notícias, devendo ser entendido como um processo social, em que as notícias são construídas a partir de interações entre as fontes, os jornalistas e o público (Traquina, 2005). As rádios comunitárias, dentro desse contexto, funcionam como veículos de comunicação que buscam refletir as necessidades e realidades locais, priorizando o interesse público e não os interesses comerciais. Elas são um exemplo de como o jornalismo pode se afastar da lógica do lucro e se concentrar em promover o bem-estar da comunidade.

Com base na teoria da construção social da notícia de Traquina, as rádios comunitárias são vistas como espaços de produção de notícias que são geradas não apenas pelos jornalistas, mas pela própria comunidade, que tem a oportunidade de influenciar as pautas e as narrativas. Essa prática contribui para a democratização da comunicação, pois permite que grupos historicamente silenciados, como minorias étnicas, mulheres e jovens de periferias, possam expressar suas próprias realidades e demandas. Além disso, essas rádios têm um “papel importante no fortalecimento da identidade local, dando visibilidade a questões que muitas vezes são ignoradas pela grande mídia” (Peruzzo, 1998, p.119).

A teoria do agendamento (2000), também é relevante para a análise das emissoras comunitárias. Essas rádios, ao definir sua própria agenda de notícias, estão desafiando a

lógica da mídia hegemônica, que prioriza pautas baseadas em interesses comerciais e políticas. As rádios comunitárias, ao focarem em temas como saúde, educação, cultura local e direitos humanos, contribuem para a ampliação da agenda pública, tornando mais rica e variada a informação disponível para os ouvintes (Costa Filho, 2021). Esse processo de agendamento participativo ajuda a fomentar a cidadania e o engajamento da comunidade, uma vez que as pessoas se sentem representadas e motivadas a se envolver ativamente na resolução dos problemas locais.

A teoria do espelho (2005), que sugere que o jornalismo deve ser um reflexo imparcial da realidade, também pode ser analisada no âmbito das rádios comunitárias. Essas emissoras, ao relatarem as vivências da comunidade, muitas vezes atuam como um espelho mais próximo da realidade local do que grandes conglomerados de mídia, que tendem a privilegiar interesses nacionais ou globais. Essa proximidade, no entanto, não significa neutralidade absoluta; pelo contrário, as rádios frequentemente assumem um papel ativo na defesa dos interesses locais, demonstrando como o jornalismo pode ser tanto um reflexo quanto um agente transformador.

A pertinência de aplicar teorias do jornalismo para analisar as práticas das rádios comunitárias é evidente, pois essas teorias oferecem uma base sólida para entender como a produção de notícias se dá nesses espaços e de que maneira ela impacta a sociedade. Nas emissoras comunitárias, esse processo é ainda mais visível, pois a própria comunidade participa ativamente da criação do conteúdo, dando uma perspectiva local e personalizada às notícias, ao invés de simplesmente reproduzir pautas externas e distantes da realidade local (Peruzzo, 1998).

Portanto, a justificativa para estudar as rádios comunitárias sob a ótica das teorias do jornalismo é duplamente relevante. Por um lado, elas têm uma importância crucial na construção de uma mídia mais plural e democrática, onde as vozes da comunidade podem ser ouvidas e respeitadas (Peruzzo, 1998). Por outro, as teorias jornalísticas oferecem uma estrutura teórica robusta para entender as práticas dessas rádios e como elas se relacionam com os princípios mais amplos do jornalismo, como ética, imparcialidade e representatividade (Traquina, 2005).

Além dessas teorias, a proposta de Jornalismo como Campo de Tensão, formulada por Traquina, é também fundamental para entender a atuação das rádios comunitárias. Segundo o autor, o jornalismo é um campo de disputa, onde diferentes interesses – comerciais, políticos, sociais e culturais – entram em conflito sobre o controle da

informação e da produção jornalística. Nesse sentido, o jornalismo não é neutro, mas sim o reflexo de um equilíbrio entre esses interesses contraditórios. No caso das rádios comunitárias, esse conceito é aplicável porque, enquanto enfrentam as pressões do mercado e, muitas vezes, a falta de recursos, elas também representam uma resistência à concentração midiática e à homogeneização das informações. Como Traquina (2005, p.23) afirma, “o jornalismo é sempre um campo de tensões, onde os atores lutam para estabelecer sua própria visão do mundo”. Assim, as radiofusões, ao produzirem um jornalismo de interesse público, atuam em oposição aos modelos tradicionais que favorecem interesses comerciais, fazendo da mídia um espaço de contestação e democratização da informação.

A importância das rádios locais no processo de democratização da comunicação foi amplamente discutida por autores como Cicília Peruzzo, que destaca o potencial transformador dessas rádios: "As rádios comunitárias têm o poder de transformar a realidade local ao permitir a comunicação de baixo para cima, ao contrário dos meios tradicionais que impõem um fluxo de cima para baixo" (Peruzzo, 1998, p.145). Essa característica permite que as comunidades locais definam suas próprias pautas, tornando-se protagonistas da comunicação, e não apenas receptoras passivas da informação.

A importância das rádios comunitárias também é destacada por Ismar Capistrano Costa Filho, que afirma que "a democratização da comunicação só será efetiva quando a mídia for capaz de refletir a diversidade de opiniões, culturas e interesses da sociedade" (Costa Filho, 2021, p.5). As ondas comunitárias, com seu caráter inclusivo e plural, cumprem esse papel de dar visibilidade às vozes dos grupos marginalizados, como indígenas, negros, mulheres e jovens de periferias, que muitas vezes são ignorados pela mídia dominante.

Em suma, a pesquisa fundamentada nas teorias do jornalismo de Nelson Traquina, oferecem uma abordagem eficaz para compreender o papel das rádios comunitárias na democratização da comunicação. Ela permite revelar como essas rádios constroem suas notícias, definem suas agendas e enfrentam as tensões do campo jornalístico, ao mesmo tempo que promovem um modelo de comunicação inclusivo e transformador. Ao adotar essa perspectiva, é possível contribuir para o entendimento das emissoras comunitárias como agentes essenciais para a pluralidade de vozes e a construção de uma sociedade mais democrática e participativa.

CONCLUSÕES OU RESULTADOS ESPERADOS

Em síntese, ao analisar as rádios comunitárias sob a ótica das teorias de Nelson Traquina, é evidente que essas rádios são muito mais do que simples meios de comunicação locais. Elas são ferramentas fundamentais para a construção de uma comunicação democrática, plural e inclusiva, oferecendo à comunidade um espaço onde sua voz pode ser ouvida e seus interesses, representados. Nesse cenário, as ondas comunitárias são, sem dúvida, um pilar essencial para a verdadeira democratização da comunicação, em um mundo cada vez mais marcado pela concentração midiática e pela fragmentação da informação.

No entanto, para que as rádios comunitárias cumpram plenamente seu papel na democratização da comunicação, é essencial fortalecer esse modelo de mídia. A falta de recursos financeiros e infraestrutura limita o alcance e o impacto dessas rádios, colocando-as em desvantagem frente aos grandes conglomerados midiáticos. Um caminho fundamental para ampliar o impacto das radiodifusoras é a implementação de políticas públicas que garantam maior financiamento público. Esse apoio pode incluir subsídios, isenções fiscais e acesso facilitado a tecnologias de transmissão, permitindo que as rádios operem de forma sustentável e alcancem mais comunidades.

Milton Santos (1996, p. 196), discute como a cidadania é cada vez mais mediada pelo acesso à informação, à técnica e ao consumo. No entanto, ele problematiza o fato de que esse modelo de cidadania excludente ignora os sujeitos que vivem em espaços informais ou à margem do poder. Ao atuar nesses territórios, as rádios comunitárias contribuem para um modelo de cidadania ativa e participativa, em que os sujeitos se reconhecem como parte de um projeto coletivo, a partir do direito à comunicação.

Outro aspecto essencial é o incentivo à participação popular. A democratização da comunicação depende diretamente do engajamento das comunidades na gestão, produção e consumo dos conteúdos veiculados. Programas de capacitação em comunicação popular, workshops sobre jornalismo comunitário e a criação de espaços de debate sobre temas locais podem fortalecer esse envolvimento, garantindo que as rádios permaneçam fiéis às necessidades e aos interesses das populações que representam.

Em suma, as rádios comunitárias, alinhadas às teorias de Nelson Traquina, são instrumentos poderosos para a democratização da comunicação, ao desafiar a lógica concentradora do jornalismo comercial e oferecerem um espaço inclusivo e plural. Contudo, para que seu impacto seja ampliado, é imprescindível o fortalecimento de

políticas públicas, o incentivo à participação popular e a promoção de parcerias estratégicas. Investir nesse modelo de mídia é instalar em uma comunicação mais democrática, justa e representativa.

Por fim, é necessário promover parcerias entre rádios comunitárias, universidades e organizações sociais. Essas colaborações podem enriquecer a programação, trazer inovações tecnológicas e fomentar pesquisas sobre o impacto sociais das emissoras comunitárias, ampliando sua legitimidade como agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA FILHO, Ismar. A participação social na cidadania comunicativa. **Revista Educação, Cultura e Comunicação**, Lorena, v. 12, n. 24, 2021a.
- COGO, Denise. No ar... uma rádio comunitária. São Paulo: Paulinas, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. As potencialidades do pensamento geográfico. Intercom. 2010. [As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual 1](#). Acesso em: 08 jul. 2025.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica 1. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- OTA, Daniela Cristiane. Convergência midiática do rádio na perspectiva das geografias da comunicação. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, v. 22, n. 3, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/14355>. Acesso em: 08 jul. 2025.
- OTA, Daniela Cristiane. Rádio AM e a questão local: uma análise da programação da Difusora Matogrossense de Corumbá (MS). Revista Comunicação Midiática, v. 12, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/mediaticom/article/view/7555>. Acesso em: 08 jul. 2025.
- PERUZZO, Cicília Maria K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.
- TRAQUINA, Nelson. O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis. Insular: 2ed, 2005.